

Resolução 01/2011, a integra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Proc.: 00007292.989.21-7.

Contratante: FUNDACAO BUTANTAN (CNPJ 61.189.445/0001-56). CONTRATADA(A): ENGEO ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA (CNPJ 08.726.496/0001-97). INTERESSADA(OA): RUI CURI (CPF 390.009.009-20). REINADO NOROBU SATO (CPF 012.175.878-88). Assunto: Termo de Recebimento Definitivo do Contrato nº 022/2019 - Fundação Butantan e Enggeo Engenharia e Construção Ltda. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-08. PROCESSO PRINCIPAL: 21434.989-19-0.

Vistos.

Indefiro o pedido de prorrogação de prazo requerido no evento-24, tendo em vista que o pedido já foi deferido, uma vez que este processo foi autuado em duplicidade com o TC-24.248.989-20, ambos versando sobre o Termo de Recebimento Definitivo.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico – e-TCESP, na página [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Proc.: 00008646.989-20-2.

Órgão: FUNDACAO DE CIENCIA, TECNOLOGIA E ENSINO - FUNDACE (CNPJ 00.395.519/0001-16). Assunto: Balanço Geral - Contas do Exercício de 2020. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR:

Responsável: UR-05. Analise Costacurta Brandi.

Vistos.

Considerando as objeções levantadas pela Fiscalização (evento-13), determino a notificação pessoal da responsável, nos termos dos artigos 29 e 91, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que no prazo de 30 (trinta) dias adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, para que futuramente não aleguem cerceamento de defesa.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Proc.: 00003868.989-20-3.

Órgão: CAMARA MUNICIPAL DE ITAPEVI (CNPJ 59.052.316/0001-70). Responsável: Rafael Alan de Moraes Romeiro - Presidente. Advogado: ROBERTO EDUARDO LAMAR (OAB/SP 148.921) / DIONY VANDERLEI NOBRE DO ESPIRITO SANTO (OAB/SP 316.122) / MONISE CESTARI ESTEVES (OAB/SP 344.308) / ELISANGELA ARAUJO DE LIMA (OAB/SP 345.192). Assunto: Contas de Câmara - Exercício de 2020. Exercício: 2020. INSTRUÇÃO POR: DF-05.

Vistos.

Tratam os autos da prestação das contas da Administração Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Itapevi, relativas ao exercício de 2020.

Em face do quadro em tela, esclarecendo que a Diretoria de Fiscalização - DF-5, e considerando o que dispõe o artigo 29, da Lei Complementar nº 709/93 e o artigo 194 do Regimento Interno deste Egrégio Tribunal de Contas, assino ao responsável pela presente prestação de contas o prazo de 15 (quinze) dias para que tome conhecimento do relatório da fiscalização e apresente as alegações de seu interesse.

Publique-se e notifique-se via sistema, esclarecendo que por se tratar de procedimento eletrônico, na conformidade da Resolução 01/2011, a integra das manifestações dos órgãos deste Tribunal e demais documentos que compõem os autos poderão ser obtidos, mediante regular cadastramento, no referido Sistema de Processo Eletrônico (e-TCESP) no endereço [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br).

Proc.: 00021030.989-19-8.

Contratante: CAMPANHIA DE SANEAMENTO BASICO DO ESTADO DE SAO PAULO - SABESP (CNPJ 43.776.517/0001-80). Advogado: MIEIKO SAKO TAKAMURA (OAB/SP 187.399). CONTRATADA(A): CONSORCIO T.A.V. COLETA TRONCAO (CNPJ 34.396.830/0001-00). Advogado: ANDREA PAIVA GUIMARAES (OAB/SP 136.649). INTERESSADA(OA): PAULO MASSATO YOSHIMOTO (CPF 898.271.126-72). GUILHERME MACHADO PAIXAO (CPF 678.697.936-04). Assunto: Acompanhamento de execução contratual referente ao TC-020535.989.19-8. Exercício: 2019. INSTRUÇÃO POR: DF-09. PROCESSO PRINCIPAL: 20535.989-19-8.

Vistos.

Considerando as falhas apontadas pela fiscalização no evento-88 referente à execução contratual, aguardo que os responsáveis tomem conhecimento e adotem as providências necessárias, para que na próxima visita as ressalvas verificadas estejam regularizadas ou tenham justificativas que possam vir a ser aceitas.

Publique-se.

## DESPACHOS DO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Processo: TC-020836.989-21-0

Representante: Nat Nutre Alimentos EIRELI – EPP.

Representada: Prefeitura Municipal de Aparecida.

Responsável: Luiz Carlos de Siqueira, Prefeito.

Assunto: Representação visando ao exame prévio de edital do Pregão Eletrônico n.º 101/2021, Processo n.º 175/2021, da Prefeitura de Aparecida, que objetiva registro de preços para eventual aquisição de cestas básicas a serem distribuídas a famílias carentes do Município pelo Fundo Social de Solidariedade.

Disciplina Legal: Lei Federal n.º 10.520/02, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições da Lei Federal n.º 8.666/93 e atualizações posteriores, da Lei Complementar n.º 123/06 e Decreto Municipal n.º 4.847, de 5 de abril de 2021, em conformidade com o Decreto Executivo n.º 4.847/2021.

Advogados: Edmilson Abilio (OAB/SP n.º 79.338) e Jocimar Ramos Moura (OAB/SP n.º 408.328).

Sessão Pública: 18/10/2021.

NAT NUTRE ALIMENTOS EIRELI – EPP apresenta impugnação em face do edital do Pregão Eletrônico n.º 101/2021, da PREFEITURA DE APARECIDA, que objetiva registro de preços para eventual aquisição de cestas básicas a serem distribuídas a famílias carentes do Município pelo Fundo Social de Solidariedade, certame do tipo menor preço por lote, processado nos termos da Lei Federal n.º 10.520/02, com aplicação subsidiária da Lei Federal n.º 8.666/93, cuja sessão pública encontra-se designada para 18 de outubro de 2021 (evento 1.4).

Impugnações a versões anteriores do instrumento convocatório (Pregões Eletrônicos n.ºs 66 e 87/2021), veiculadas pela empresa Comercial João Afonso Ltda., constituíram objeto dos processos TCs 015152.989-21-9 e 016063.989-21-6, logrando medida de suspensão liminar, o que, em ambas as oportunidades, sucederam notícias de revogação dos termos.

Alhures fora suscitada necessidade de retificação do instrumento convocatório para: (i) inserção de lote separado de quantitativo correspondente a até 25% do valor para participação de licitantes enquadrados como MEs ou EPPs e (ii) retificação das especificações técnicas dos itens feijão, farinha de mandioca, óleo de soja e macarrão tipo espagete, bem assim adoção de características usuais de mercado.

Desta feita, a requerer nova paralisação da contenda, com arrimo na jurisprudência e a despeito das adaptações proce-

didias pelo Executivo de Aparecida, a Ora Representante itera objeção à rigorosa conformação nutricional dos alimentos. Segundo aduz, as especificações do Termo de Referência, por conterem valores nutricionais exatos, conduzem a eventual direcionamento do certame à determinada licitante. Com efeito, ainda que haja ao final da descrição dos produtos observação de que "[...] as composições nutricionais são referências de ponto de partida, não limitando a uma referência maior [...]”, a redação do instrumento padece de falta de precisão e clareza, o que implica possível violação à administração do julgamento objetivo.

No mais, acrescenta o que, a seu vez, configuram outras flagrantes irregularidades no edital: (iii) exigência de que o produto café torrado e moído seja apresentado com certificação de pureza e qualidade emitida pela ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café; (iv) omissão em relação à requisição de alvará/licença de funcionamento, pertinentes ao ramo da atividade empresarial desenvolvida; e (v) ausência de indicação de índice de atualização financeira e de penalidades em caso de eventual atraso no pagamento pela Municipalidade.

Reeditado o instrumento convocatório, o Executivo de Aparecida manteve boa parte de sua estrutura, de sorte que as reclamações agora supervenientemente ventiladas encontram-se alcançadas pela preclusão, de acordo com a jurisprudência desta Corte.

Controvérsia remanescente alusiva aos requisitos nutricionais não comunica efetivo entrave à isonomia e à competitividade, apto a justificar medida excepcional de intervenção nas condições da contenda.

Na hipótese, com as alterações e alertas advinhas no corpo do edital, não se vislumbra na inicial verossimilhança que conduza à censura das características estipuladas para o objeto.

Adicionalmente, não se verifica a existência de sua competência discricionária e a busca da aquisição de produtos de qualidade, indicar as especificações desejadas, limitadas às qualidades mínimas necessárias para identificar o produto ou serviço, de forma a facilitar sua busca no mercado e garantir a competitividade.

Demais disso, no caso, a Representante não traz elementos concretos que comprovem que as exigências nutricionais não são usuais no mercado, podendo, com isso, causar algum embaraço à livre participação de interessados.

Assim sendo, à míngua da enumeração precisa e específica das condicionantes que estariam a direcionar o resultado do certame, e considerando a impossibilidade de se promover etapa de investigação e produção de provas no rito sumariário do exame prévio do edital, há de sobressair presunção de legitimidade do ato administrativo, em princípio operado de acordo com avaliações internas apropriadas da Administração.

Nessas particulares circunstâncias, INDEFIRO o pleito de suspensão do Pregão Eletrônico n.º 101/2021, da Prefeitura Municipal de Aparecida, e determino o arquivamento dos autos, com prévio trânsito pelo Ministério Público, na conformidade do §1º do artigo 220 do Regimento Interno, sem embargo da oportuna apreciação dos atos, nos moldes ora anunciados, em sede de controle ordinário de legalidade, nos termos das Instruções vigentes, ensejo em que, com a amplitude necessária, será possível aquilatar os resultados da opção do administrador no que diz respeito à garantia da ampla competitividade.

Publique-se.

DESPACHOS PROFERIDOS PELO CONSELHEIRO EDGARD CAMARGO RODRIGUES

Processo: TC-003184.989-20-0

Órgão: Prefeitura Municipal de Taquaral

Responsável: Laércio Vicente Scaramal – Prefeito à época

Materia: Contas de Prefeitura

Exercício: 2020

Advogado: Marcelo Jose Mendes Santiago (OAB/SP n.º 386.005)

Interessado: Paulo Sérgio Cardoso de Oliveira – Prefeito

Constituinte do artigo 194 do Regimento Interno c/c artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93,

notifico responsável em epígrafe para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do apontado pela Fiscalização (evento 59) e apresente esclarecimentos.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-007059.989-20-2

Órgão: Prefeitura Municipal de Bom Sucesso de Itararé

Materia: Contas de Prefeitura

Exercício: 2021

Em exame: Evento 38: Pedido de concessão de vista dos autos formado pela Câmara Municipal de Bom Sucesso de Itararé, por meio da procuradora Agatha Faria de Almeida (OAB/SP n.º 425.552).

Em atenção à solicitação em epígrafe, informe-se à Câmara Municipal de Bom Sucesso de Itararé que o presente processo ainda cumpre fase de instrução e que, tão logo emitido o parecer desta Corte (sobre a totalidade das referidas Contas), serão os autos integralmente encaminhados àquele Legislativo, para fins do artigo 150 da Constituição Estadual e artigo 24, § 4º, da Lei Complementar nº 709/93.

Publique-se.

Processo: TC-003353.989-20-5

Órgão: Prefeitura Municipal de Osasco

Responsável: Rogério Lins Wanderley – Prefeito

Advogados: Ana Cristina Ferrari (OAB/SP n.º 125.181) e Perival José Bariani Junior (OAB/SP n.º 252.566)

Em exame: Contas de Prefeitura

Exercício: 2020

Com fundamento no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar Estadual nº 709/93 c/c artigo 194 do Regimento Interno, NOTIFICO responsável em epígrafe para que, no prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do apontado pela Fiscalização (evento n.º 60) e apresente esclarecimentos.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

PROCESSO: TC-006770.989-20-0

Órgão: Prefeitura Municipal de Cravinhos

ADVOGADOS: Luis Fernando Silveira Pereira (OAB/SP n.º 153.295), Weslon Charles do Nascimento (OAB/SP n.º 262.779), Jardiel Garcia Passini (OAB/SP n.º 343.331)

RESPONSÁVEL: Itamar Gomes Bueno

MATÉRIA: Contas de Prefeitura – 2º Quadrimestre

EXERCÍCIO: 2021

Nos termos do artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, fica a origem notificada a tomar ciência do relatório da Fiscalização referente ao 2º quadrimestre do exercício de 2021 (evento 46) para adoção de eventuais medidas saneadoras.

Cumprir registrar que a matéria constará do relatório final da Fiscalização relativo à competência de 2021, ocasião em que o interessado poderá apresentar defesa e demonstrar a regularização de eventuais falhas.

Poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

PROCESSO: TC-011213.989-20-5

CONTRATANTE: COORDENADORIA DE GESTÃO DE CONTRATOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE - CGCSS - SECRETARIA DA SAÚDE (CNPJ 05.274.989-20)

RESPONSÁVELS: José Henrique Germann Ferreira, Secretário de Estado da Saúde à época; David Everson Uly - Secretário de Estado da Saúde; Danilo Cesar Fiore - Coordenador de Saúde

ORGANIZ. SOCIAL: CASA DE SAUDE SANTA MARCELINA (CNPJ 60.742.616/0001-60)

ADVOGADO: ELIZAVUKIE INAKAKE (OAB/SP 91.315)

RESPONSÁVEL: Rosane Ghedin, Diretora Presidente

GERENCIADA: HOSPITAL GERAL SANTA MARCELINA DO ITAIM PAULISTA

OBJETO: Operacionalização da gestão e execução das atividades e serviços de saúde no Hospital Geral do Itaim Paulista.

EM EXAME: Prestação de Contas – Contrato de Gestão n. 001.050.000/2021

EXERCÍCIO: 2020

PROC. PRINCIPAL: TC-165.989-17-9

Face aos apontamentos da Fiscalização (evento 53), com fundamento no artigo 29 da Lei Complementar nº 709/93, NOTIFICO responsáveis em epígrafe para, observado o prazo de 15 (quinze) dias, pronunciarem-se nos autos.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-003656.989-20-9

Órgão: Câmara Municipal de São Isabel

Responsável: Luiz Carlos Alves Dias

Materia: Contas de Câmara

Exercício: 2020

Em exame: Evento 32: Pedido de prorrogação de prazo por 15 dias formulado pela Câmara de São Isabel por meio de sua advogada.

Advogada: Patrícia Guimaraes Xavier (OAB/SP n.º 244.418). Concedido 15 (quinze) dias adicionais para cumprimento do despacho inserido no evento 22.

Processo: TC-004454.989-21-1

Processo Principal: TC-004054.989-21-5

Órgão: Gabinete do Secretário e Assessorias - Secretaria da Saúde

Responsáveis: Jeancarlo Gorinchtey – Secretário de Estado da Saúde

Wilson Ferraz Paschoa – Chefe de Gabinete

Materia: Acompanhamento Especial – COVID-19 – Agosto/2021

Exercício: 2021

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid (evento 148) traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das Contas anuais da Secretaria de Estado da Saúde, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO responsáveis, com fulcro no artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tomem conhecimento do referido laudo técnico e adotem providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Processo: TC-027580.989-20-0

Representante: Por Divisa Comércio de Divisórias Móveis

Materiais Elétricos Revestimentos e Serviços Ltda.

Representado: Prefeitura Municipal de Ubatuba

Responsáveis: Flávia Comitte do Nascimento – Prefeita; Maria de Fatima Sousa Barros - Secretária Municipal de Educação; Sheila da Silveira Barbosa - Secretária Municipal de Saúde e Administração

Assunto: Representação contra o edital do pregão presencial n.º 69/2020, promovido pela Prefeitura de Ubatuba, tendo por objeto aquisição de 16.192 cestas básicas para atender aos servidores municipais.

Advogados: Brenno Ferrari Gontijo (OAB/SP n.º 90.908); Michelê de Oliveira Alves (OAB/SP n.º 394.489); Luis Felipe Akira Dias (OAB/SP n.º 328.001)

Face aos apontamentos da Fiscalização (evento 39), com fundamento no artigo 2º, inciso XIII, da Lei Complementar nº 709/93, notifico responsáveis em epígrafe para, observado o prazo de 15 (quinze) dias, adotarem providências necessárias ao exato cumprimento da lei ou apresentarem justificativas.

Tratando-se de processos eletrônicos, consultas e/ou petições poderão ser efetivadas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-0000992.989-21-3

Processo Principal: TC-00006821.989-20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Igaratá (CNPJ n.º 46.694.100/0001-20)

Advogado: Luan Aparecido de Oliveira (OAB/SP n.º 387.051)

Interessado:

Elzo Elias de Oliveira Souza - Prefeito

Advogados: Carlos Eduardo Gomes Callado Moraes (OAB/SP n.º 242.953) e Yuri Marcel Soares Oates (OAB/SP n.º 305.226)

Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Fiscalização referente ao mês de setembro de 2021 (evento 88)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO O responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adotem providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fiscalização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-0000124.989-21-6

Processo Principal: TC-00007201.989-20-9 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Ibiúna (CNPJ n.º 46.634.531/0001-37)

Interessado: Paulo Kenji Sasaki - Prefeito

Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Relatório da Fiscalização referente ao mês de setembro de 2021 (evento 174)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame das contas do Município, bem como suscitar aplicação da multa prevista no artigo 104 da Lei Complementar nº 709/93.

Diante disso, NOTIFICO O responsável, com fulcro no artigo 2º, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93, para que, observado o prazo de 15 (quinze) dias, tome conhecimento do referido laudo técnico e adotem providências saneadoras.

Informo, todavia, não haver, neste momento, necessidade de apresentação de esclarecimentos, tendo em vista que a Fis-

calização verificará a efetividade das ações da Municipalidade na próxima inspeção e que oportunamente será aberto prazo para o contraditório.

Tratando-se de processo eletrônico, consultas e/ou petições poderão ser exercidas por meio de regular cadastramento no Sistema e-TCESP, na página deste Tribunal [www.tce.sp.gov.br](http://www.tce.sp.gov.br), consoante Resolução 1/2011.

Publique-se.

Processo: TC-00001500.989-21-5

Processo Principal: TC-00007183.989-20-1 (Processo de Contas 2021)

Órgão: Prefeitura Municipal de Boituva (CNPJ n.º 46.634.499/0001-90)

Interessado: Edson José Marcusso - Prefeito

Assunto: Acompanhamento especial – Covid-19 – Exercício de 2021

Em exame: Relatório de Fiscalização referente ao mês de setembro de 2021 (evento 146)

Relatório de acompanhamento especial das ações para enfrentamento da Covid traz apontamentos que poderão, eventualmente, afetar o exame